INICIATIVA SANEAMENTO INCLUSIVO

OFICINA VI

CAMINHOS PARA O SANEAMENTO INCLUSIVO

Modelos de gestão comunitária de saneamento

Julho, 2025

Sumário

INTRODUÇÃO 3

1. SOBRE A OFICINA VI 5

1.1. Reflexões 5

1.2. Objetivos 6

2. METODOLOGIA 7

2.1. Aprofundamento teórico 7

2.2. Condução da oficina 10

2.3. Quadros de contribuições – Miro 11

SALA 1 | DESAFIOS 12

SALA 2 | DESAFIOS 13

SALA 3 | ESTRATÉGIAS 14

SALA 4 | ESTRATÉGIAS 15

3. SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES 16

3.1. Desafios para a participação das comunidades nos diferentes modelos de gestão comunitária 16

3.2. Estratégias para efetivação de modelos comunitários ou compartilhados 17

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 19

COLABORADORES 20

Participantes 20

Moderadores (Equipe – Iniciativa Saneamento Inclusivo) 20

INTRODUÇÃO

O presente documento foi produzido coletivamente a partir da oficina realizada de maneira *online* em 11 de junho de 2025, organizada pela Iniciativa Saneamento Inclusivo[1], com o tema "**Modelos de gestão comunitária de saneamento**".

Diante dos aspectos elencados pelos participantes, foi composta uma listagem de desafios e estratégias de contorno a serem considerados pelas entidades do setor de saneamento, na composição de programas, projetos e outras ações voltadas para o saneamento em comunidades vulneráveis. A proposta é que este material sirva como base de consulta pelos profissionais do setor, estando aberto também para revisão e complementação contínua, em seu aprimoramento dinâmico.

A partir de 2023, a Iniciativa Saneamento Inclusivo vem conduzindo a campanha de oficinas temáticas "**Caminhos para o saneamento inclusivo**", a fim de aprofundar a discussão sobre assuntos relevantes e necessários para o avanço em direção à universalização do saneamento no Brasil. As oficinas temáticas são realizadas em ambientes colaborativos e abordam os desafios do saneamento em comunidades isoladas. Durante esses encontros, profissionais do setor, gestores municipais e membros das comunidades participam ativamente de discussões e dinâmicas que visam identificar desafios locais e desenvolver soluções práticas e reaplicáveis.

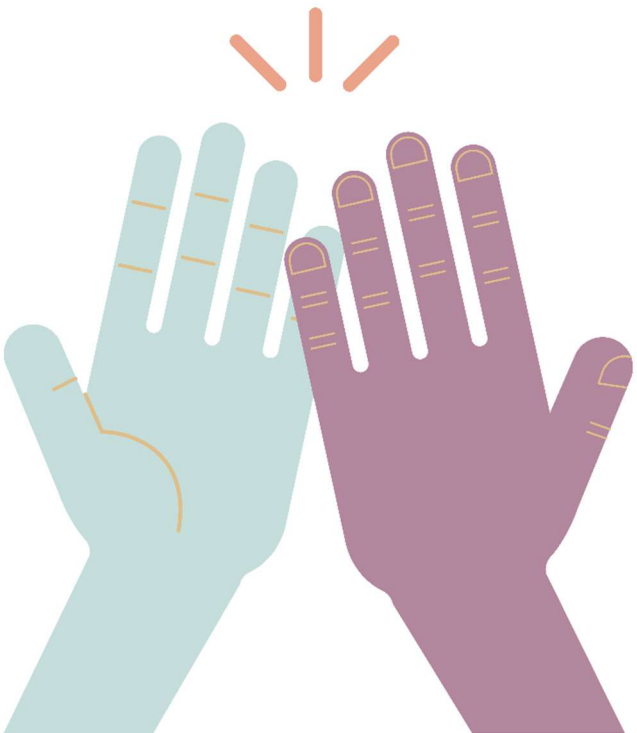
Além das discussões, as oficinas exploram ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios do setor, buscando aprimorar os conhecimentos necessários para avanços efetivos. Foram realizadas até o momento seis oficinas[2], direcionadas a públicos específicos, conforme apresentado no **Quadro 1**.

[1] Organização sem fins lucrativos que busca contribuir para a consolidação de um repertório de soluções diversificado e qualificado, para lidar de forma adaptada com o saneamento nos diferentes territórios. Saiba mais em https://saneamentoinclusivo.org.br/. Contato: *suporte@saneamentoinclusivo.org.br*.
[2] Maiores detalhes e conteúdo das oficinas estão disponíveis no endereço https://saneamentoinclusivo.org.br/bases-de-conhecimento/oficinas-tematicas/

Oficinas temáticas realizadas e público-alvo

2023		
Junho	Oficina I: Desafios e oportunidades para o aprofundamento e difusão de conhecimentos especializados	Pesquisadores, agentes de implementação e articulação
Outubro	Oficina II: Estratégias e ferramentas para fortalecer o papel das comunidades nas ações de esgotamento sanitário	Atuantes no desenvolvimento comunitário
Dezembro	Oficina III: Medidas para a viabilização de serviços de esgotamento sanitário adaptados a contextos de comunidades isoladas	Prestadoras de serviço e agentes reguladores
2024		
Junho	Oficina IV: Aspectos para programas de acesso a água e esgotamento sanitário em comunidades isoladas	Ações e programas de escala
Dezembro	Oficina V: Contribuições dos diferentes atores para solucionar os principais desafios do saneamento indígena	Atuantes em territórios indígenas
2025		
Junho	Oficina VI: Modelos de gestão comunitária de saneamento	Agentes de implementação, gestão e operação de modelos comunitários

Quadro 1 – Oficinas realizadas e público alvo



1. SOBRE A OFICINA VI

A complexidade da cadeia de implementação do saneamento básico perpassa diferentes atores e camadas do tecido social. A partir de um entendimento sensível da realidade brasileira, em um momento de grandes transformações quanto às dinâmicas de prestação dos serviços de saneamento, as experiências de gestão comunitária ou compartilhada tripartite (poder público – sociedade civil – prestadoras de serviço) se apresentam como respostas às particularidades dos territórios vulneráveis e desassistidos. Com esforços concentrados na componente de abastecimento de água em áreas rurais, modelos tais quais aplicados pelos SISARes (Sistema Integrado de Saneamento Rural) e Centrais de Associações Comunitárias têm se destacado como inovadores e inspiradores. Entretanto, restam ainda grandes desafios para a efetiva universalização dos serviços de saneamento básico no país.

Neste contexto, a **Oficina VI – Modelos de gestão comunitária de saneamento** buscou explorar os desafios para a difusão e qualificação dos serviços de saneamento em comunidades isoladas, abordando questões relacionadas às responsabilidades dos atores envolvidos, processos de implementação dos serviços e dinâmicas de operação dos sistemas.

1.1. Reflexões

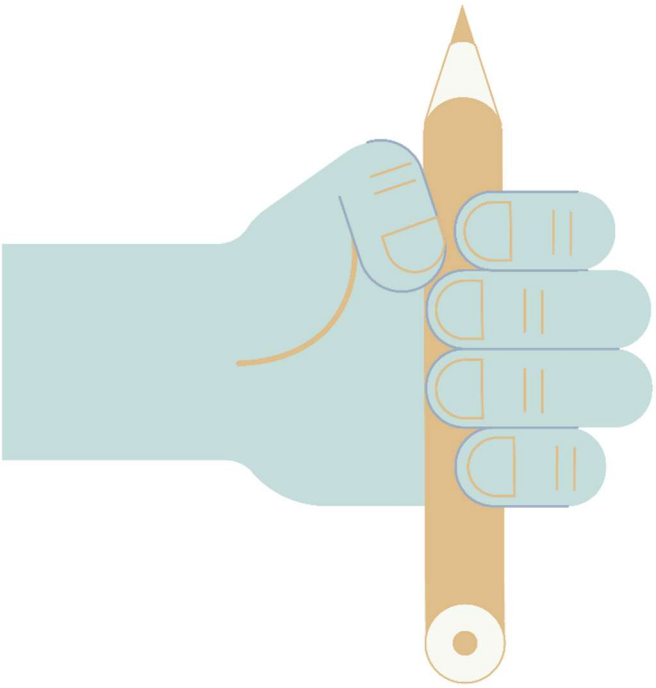
A gestão comunitária do saneamento frequentemente leva mais em conta o que se almeja construir, do que como fazê-lo, ficando a consolidação de parcerias e a definição de responsabilidades em segundo plano. Assim, há várias formas de realizar a gestão comunitária dentro do saneamento, mas há um gargalo importante que diz respeito aos papéis dos diferentes atores envolvidos através de um processo compartilhado. A comunidade e outros atores locais não podem ficar sozinhos neste processo, e a responsabilidade do titular dos serviços de saneamento (município ou estado junto aos municípios) deve se fazer presente. Nesse sentido, as seguintes reflexões foram pontos de partida e motivadoras desta oficina.

- O que é a **gestão de serviços** de saneamento? Por que e como a gestão **comunitária** tem a contribuir com avanços para universalização?
- Quais são os **atores envolvidos** no processo de gestão compartilhada/comunitária do saneamento? E quais são os seus respectivos **papeis e responsabilidades**? Quais os diferentes **arranjos** possíveis na gestão comunitária do saneamento? Quais são os **exemplos** em funcionamento/operação?
- Quais os **papeis que devem ser definidos** e de que maneira deve se dar esta **definição/construção**?
- Quais os **impeditivos** e como foram as **concepções iniciais** dos sistemas comunitários atuais, pensando no esgotamento sanitário? Quais as **barreiras** para avanços no esgotamento?
- Quais os **principais problemas** enfrentados atualmente no modelo de gestão comunitária?
- Que **estratégias** podem ser adotadas para garantir que as comunidades não fiquem abandonadas/desassistidas nos processos de autogestão?

1.2. Objetivos

A partir das reflexões motivadoras e considerando a leitura da Iniciativa Saneamento Inclusivo sobre o contexto atual no país, constituíram objetivos desta oficina:

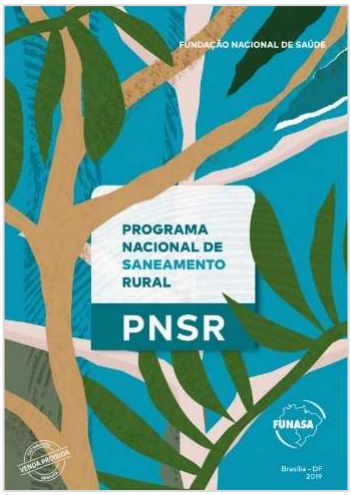
- Explorar os **diferentes modelos existentes** de gestão comunitária de saneamento e suas respectivas **potências** e **fragilidades**;
- Realizar uma **análise crítica** dos pontos identificados, trazendo esclarecimento acerca dos **atores envolvidos** e **diferenças entre modelos** de autogestão, gestão comunitária e gestão tripartite/compartilhada;
- Traçar **estratégias práticas** para garantir planejamento, implementação, operação e monitoramento dos serviços de saneamento em localidades vulneráveis.



2. METODOLOGIA

2.1. Aprofundamento teórico

Para embasar a discussão, foram sistematizados alguns aspectos que se relacionam com a temática da gestão dos serviços de saneamento básico e, em particular, a chamada gestão comunitária do saneamento a partir de três materiais de referência. Trata-se de um levantamento de informações através de revisão bibliográfica cujos principais pontos e destaques encontram-se resumidos na sequência.

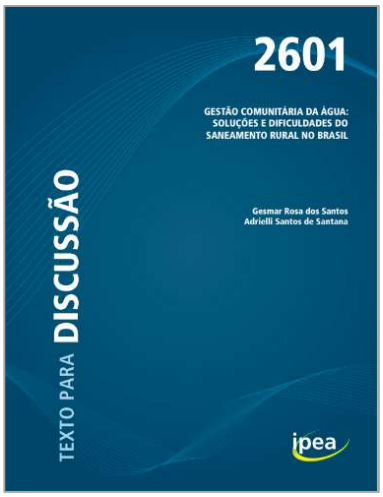


Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)
A principal política pública direcionada estritamente ao saneamento rural, foram aprofundados nos aspectos introdutórios trazidos a respeito da gestão dos serviços de saneamento no Brasil, a importância da gestão multiescalar e as particularidades dos âmbitos envolvidos (federal, regional, estadual, local, municipal e domiciliar).

Acessar publicação

Destaques:

- O saneamento no Brasil é caracterizado pela diversidade institucional e organizacional de modelos de gestão.
- O Programa Nacional de Saneamento Rural propõe a gestão dos serviços de saneamento por processos multiescalares, com envolvimento de distintos atores em diferentes escalas de atuação.
- O modelo de autogestão, em que as comunidades rurais assumem sozinhas as responsabilidades sobre o saneamento básico, é inadequado, pois lhes faltam recursos para garantir serviços com segurança, qualidade e regularidade.
- A gestão multiescalar envolve processos em que cada setor da sociedade, do usuário ao poder público federal, passando pelas comunidades, pelos municípios e suas concessionárias, detém responsabilidades.
- A escolha do modelo de gestão deve ocorrer em nível municipal e considerar fatores como: condições ambientais, políticas e culturais; características dos sistemas implantados ou por implantar; e nível socioeconômico da comunidade a ser atendida.



Gestão Comunitária da Água: soluções e dificuldades do saneamento rural no Brasil

Publicação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) elaborada em parceria com ANA (Agência Nacional das Águas), explorando as dinâmicas organizacionais e trazendo um balanço de desafios a partir de experiências no semiárido (SISAR) e na Amazônia (Sanear).

Acessar publicação

Destaques:

- A Gestão Comunitária da Água (GCA) é a reunião local de ações cooperativas com organização autônoma para promover a construção e a operação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em ambientes coletivos, ocorrendo principalmente no meio rural.
- Há, pelo menos, quatro aspectos comuns aos distintos modelos de GCA: a organização ancorada na participação e na deliberação das comunidades; a mobilização e o compromisso como instrumentos de ação; o compartilhamento de responsabilidades; e o estabelecimento de parcerias para viabilizar os projetos.
- Organizações multicomunitárias, como, por exemplo, as observadas no âmbito do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), são facilitadoras, formadoras e multiplicadoras de capacidades para a manutenção de organizações comunitárias.
- A viabilização da GCA no Brasil se apoia fortemente em entidades que desenvolvem papeis de organizações comunitárias e de organizações multicomunitárias.
- Estados e municípios têm sido omissos na prestação de serviços de saneamento básico em comunidades rurais e periferias, ignorando a necessidade de apoio externo e de arranjos específicos nesses contextos.

Centros de Atenção Integral (CAI) para Organizações Comunitárias de Serviços de Água e Saneamento (OCSAS)

Publicação da Fundación Avina a partir da sistematização de seis experiências bem-sucedidas de exercícios associativos das Organizações Comunitárias de Serviço de Água e Saneamento (OCSAS) em Honduras, Colômbia, Equador, Brasil, Estados Unidos e Tanzânia. Foram destacados o papel central das CAI (Centro de Atenção Integral), bem como detalhamento de fatores limitantes, determinantes de sucesso e recomendações.

Acessar publicação

Destaques:

- Os Centros de Atenção Integral (CAI) para a sustentabilidade das Organizações Comunitárias de Serviços de Água e Saneamento (OCSAS) são empreendimentos sociais sem fins lucrativos que oferecem serviços a grupos de organizações comunitárias, mantendo e melhorando os seus níveis de gestão mediante serviços que incluem capacitação e assistência técnica em áreas prioritárias.
- Neste modelo, existem diferenças em elementos como origem, personalidade jurídica, tipo de aliados, nível de associatividade entre as OCSAS afiliadas, fontes de financiamento e nível de sustentabilidade atingido.
- Estão entre as recomendações para o sucesso dos CAI a busca por fatores como: o estabelecimento de alianças público-comunitárias sólidas; a construção de normas que permitam o apoio constante e regulamentado aos CAI; a promoção de autonomia, fortalecimento e independência financeira das OCSAS; o fortalecimento do empenho dos usuários em suas organizações de base; e a formalização de processos administrativos e de formação de alianças com outras organizações.
- É muito importante que cada localidade, região ou país adapte os componentes do modelo CAI de acordo com o seu próprio contexto.

2.2. Condução da oficina

A oficina contou com uma breve abertura por parte da Iniciativa Saneamento Inclusivo, contextualizando a relevância da temática e as principais motivações para proposição e organização da Oficina VI, como a existência de desafios nas experiências já realizadas no país, a necessidade de se evitar o abandono das comunidades confundindo-se com a autogestão e a importância do papel do titular dos serviços de saneamento (gestão municipal).

Em seguida, ocorreu a fala da especialista no tema **Gabriela Vieira**, engenheira sanitarista e ambiental e consultora em políticas públicas de saneamento e gestão comunitária da água, atualmente supervisora de saúde ambiental do Distrito Sanitário Especial Indígena Bahia - DSEI/BA. Durante a sua participação foram abordados aspectos históricos do surgimento dos modelos de gestão comunitária na América Latina, a partir de importantes investimentos realizados em infraestrutura de saneamento nas áreas rurais. As camadas de gestão dos sistemas que eram frequentemente deixados de lado, gerando falta de sustentabilidade nas ações. As iniciativas das OCSAS – Organizações Comunitárias de Serviços de Água e Saneamento – na América Latina e Caribe como uma resposta para viabilizar a gestão comunitária, chegando a fornecer água para cerca de 70 milhões de pessoas, através de mais de 145 mil OCSAS (CLOCSAS, 2017). Foi trazida também uma contextualização e avanços no Brasil, a partir de exitosos resultados obtidos, em particular, na região Nordeste. Mencionados os diferentes atores envolvidos (organizações comunitárias, municípios, estados e a União) e os modelos de gestão possíveis (unicomunitário, multicomunitário e público-comunitário), bem como os variados benefícios percebidos e os principais desafios nestes modelos.

A dinâmica de discussões aprofundadas aconteceu no formato 'World Café', em que os participantes foram subdivididos em quatro grupos, e cada grupo percorreu duas salas temáticas conduzidas por um facilitador da Iniciativa Saneamento Inclusivo. Cada grupo contou com cerca de sete participantes, e a facilitação, condução das discussões e anotação de observações se deu através da ferramenta *Miro* (https://miro.com/). Cada facilitador endereçou o mesmo tema, de modo que os grupos realizaram discussões acumuladas a partir dos comentários trazidos pelo grupo anterior. Os temas de cada sala foram estruturados seguindo a perspectiva de dois tópicos norteadores:

(i) Desafios para a participação das comunidades nos diferentes modelos de gestão comunitária; e

(ii) Estratégias para efetivação de modelos comunitários ou compartilhados.

A **Figura 1** apresenta os tópicos norteadores, bem como perguntas e reflexões para a discussão de cada sala. A **Figura 2** indica quatro aspectos transversais mapeados previamente à oficina, diretamente relacionados com os tópicos de discussão. O evento contou com a participação de relevantes profissionais e atores do setor do saneamento, com experiência em projetos de gestão comunitária, bem como lideranças comunitárias. A apresentação condutora do evento na íntegra encontra-se publicada no site da Iniciativa Saneamento Inclusivo, acessível através do seguinte endereço:

https://saneamentoinclusivo.org.br/oficina-tematica/caminhos-para-o-saneamento-inclusivo-oficina-6/.

Figura 1 - Tópicos norteadores dos grupos de discussão

Figura 2 - Aspectos transversais identificados na temática dos modelos de gestão comunitária de saneamento

2.3. Quadros de contribuições – Miro

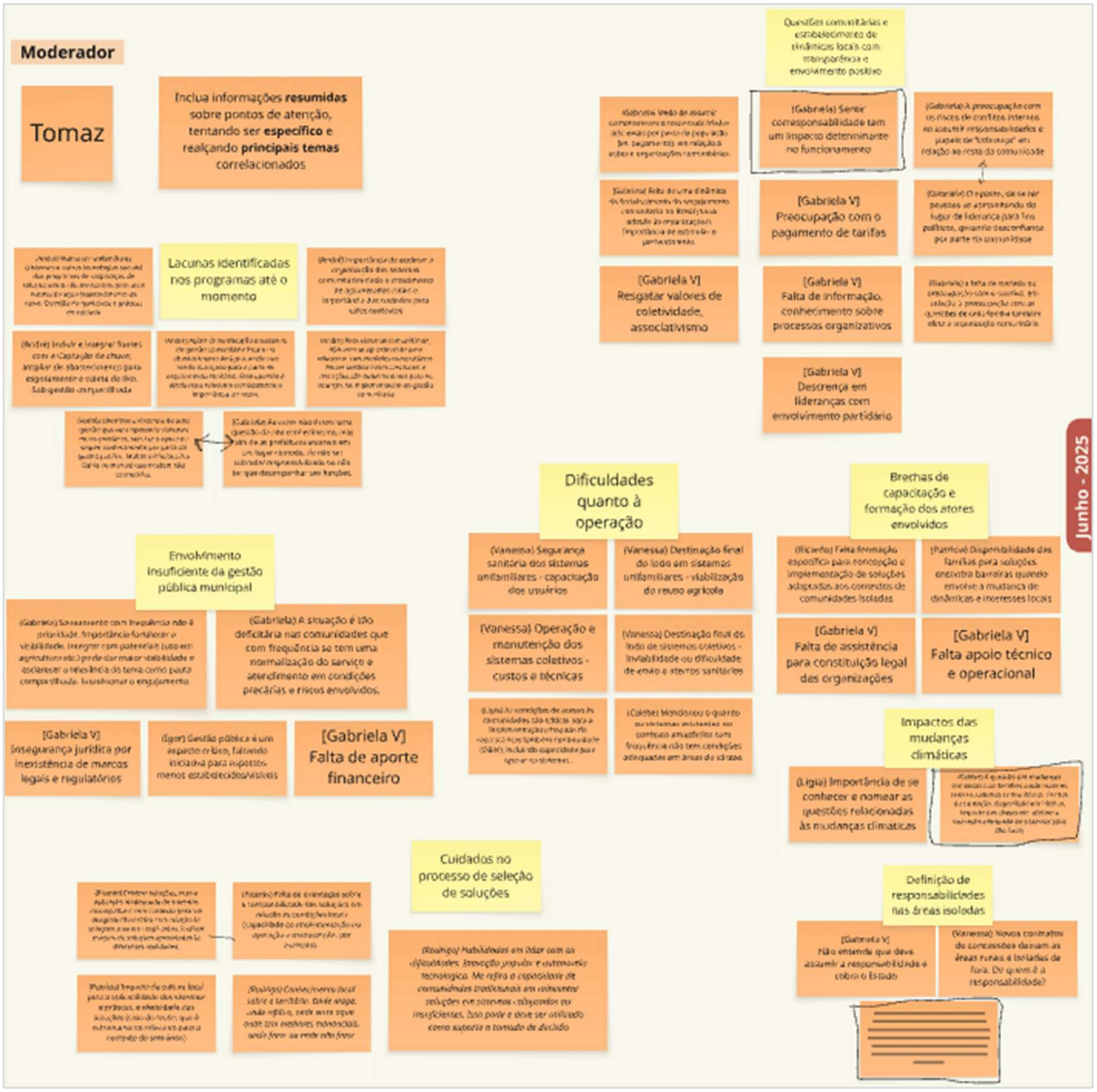
Os aspectos levantados pelos participantes foram registrados durante a oficina, diante dos diferentes subtemas definidos, fazendo uso da ferramenta *Miro* para a construção coletiva de um painel de tópicos relevantes para a pauta. Após a oficina, os aspectos listados no painel Miro foram analisados pela Iniciativa Saneamento Inclusivo, que agrupou e consolidou os tópicos de atenção trazidos para a gestão comunitária de saneamento em comunidades. O presente documento foi consolidado após revisão dos participantes e convidados, com o intuito de que este material sirva ao planejamento, implementação e acompanhamento de intervenções sob a perspectiva da gestão comunitária em territórios vulneráveis e historicamente desassistidos. A seguir são apresentados os tópicos discutidos, divididos em quadros de contribuições. A oficina perpassou os dois tópicos norteadores anteriormente mencionados, e nas figuras a seguir apresentam-se os respectivos quadros construídos[3] em cada sala de discussão.

[3] Disponível para visualização em detalhe no link: https://miro.com/app/board/uXjVIq6BNbo=/

SALA 1 | DESAFIOS

Desafios para a participação das comunidades nos diferentes modelos de gestão comunitária

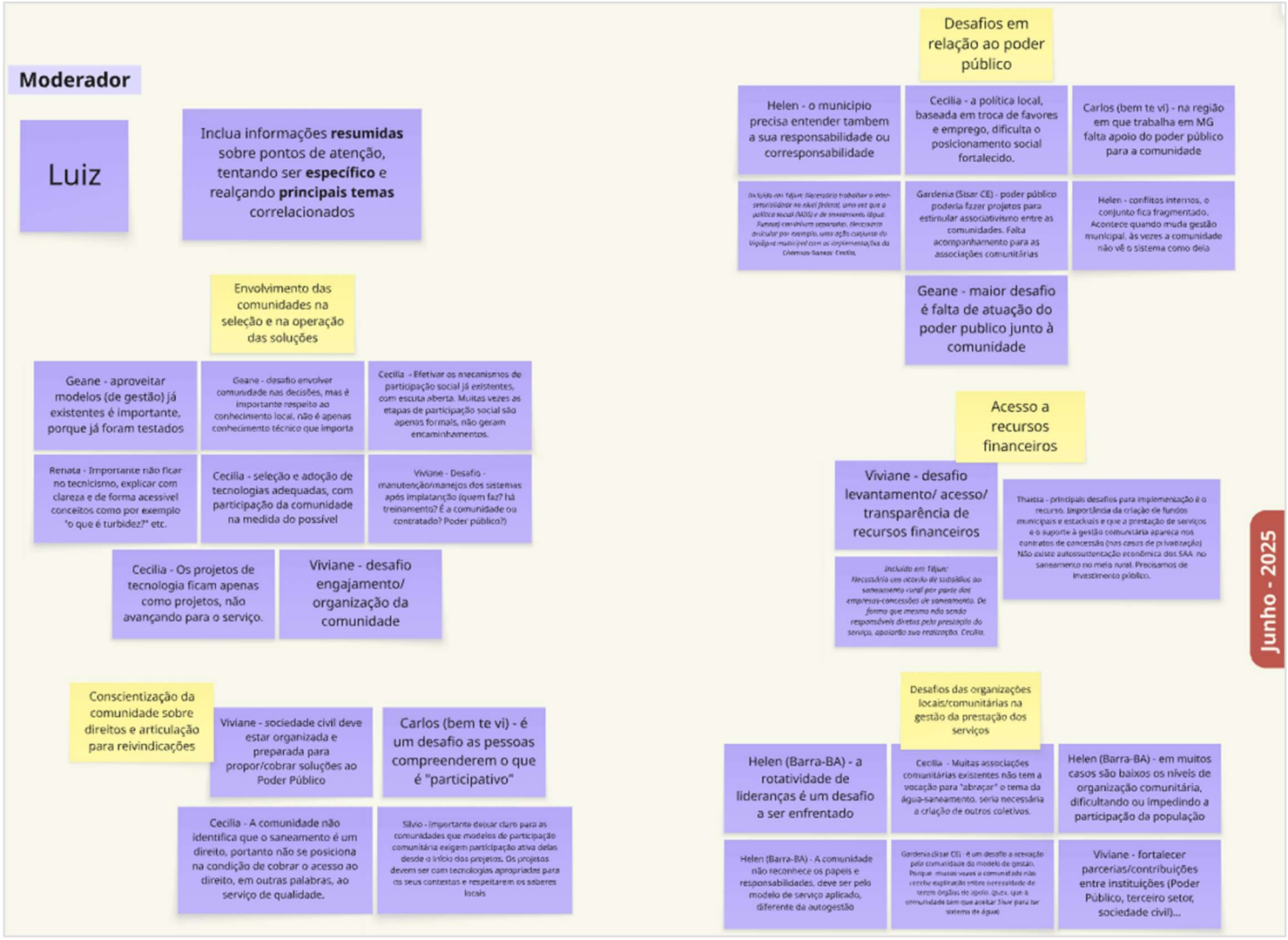
Ver detalhamentos no Miro



SALA 2 | DESAFIOS

Desafios para a participação das comunidades nos diferentes modelos de gestão comunitária

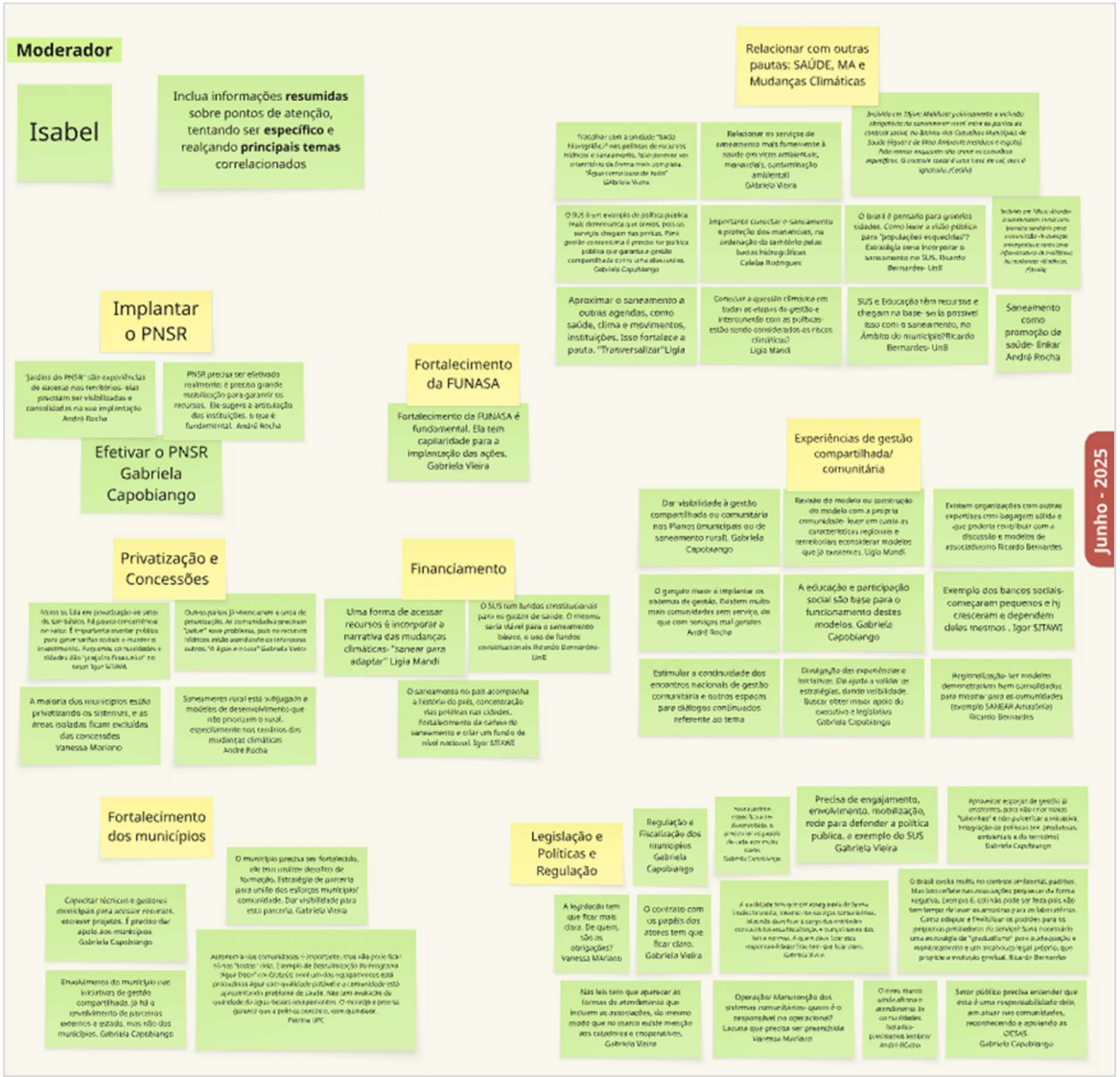
Ver detalhamentos no Miro



SALA 3 | ESTRATÉGIAS

Estratégias para efetivação de modelos comunitários ou compartilhados

Ver detalhamentos no Miro



SALA 4 | ESTRATÉGIAS

Estratégias para efetivação de modelos comunitários ou compartilhados

Ver detalhamentos no Miro

3. SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

A partir das contribuições dos participantes, produziu-se um detalhamento realçando as principais dificuldades identificadas (desafios) e possíveis ações para endereçá-las (estratégias), no âmbito da gestão comunitária do saneamento.

3.1. Desafios para a participação das comunidades nos diferentes modelos de gestão comunitária

Diversas lacunas foram identificadas no que diz respeito a viabilizar a participação dos diferentes atores envolvidos na gestão comunitária do saneamento, em especial a gestão pública municipal e as organizações comunitárias. Destacam-se como os principais desafios e pontos de atenção:

Baixo engajamento da gestão pública municipal

Percebe-se a tendência de a gestão municipal aceitar a iniciativa comunitária como uma solução bem resolvida, quando, na prática, há a responsabilidade do município se envolver, apoiar e melhorar as condições de acesso aos serviços de saneamento básico a todos os contextos, sejam em áreas urbanas ou rurais. Verifica-se neste ponto uma lacuna em relação à clareza na distribuição de responsabilidades. Há, então, a necessidade de um maior envolvimento e de assumir as responsabilidades por parte da gestão pública municipal, mesmo nos contextos com forte engajamento local/comunitário.

Limitações na operação dos sistemas instalados

Há grandes dificuldades sob diferentes aspectos, como indisponibilidade de recursos financeiros, reduzido conhecimento técnico especializado e questões quanto ao acesso em comunidades mais isoladas. Definições de tecnologias adotadas também produzem desafios quando não compatibilizadas em relação às condições locais em quesitos como capacidade de implementação, operação e manutenção. A ausência de envolvimento comunitário nestas definições pode gerar problemas a médio e longo prazo, com estruturas instaladas ficando sem condições operacionais por falta de manutenção apropriada. A integração dos saberes locais junto ao processo de entendimento da realidade e análise de soluções é fator determinante para assegurar sustentabilidade de ações. Iniciativas exitosas contaram com apoio em capacitação e assistência técnica por parte das prestadoras de serviço de saneamento, de modo a consolidar o processo de apropriação comunitária dos sistemas e conhecimentos necessários para o bom funcionamento do serviço como um todo.

Fragilidade das organizações comunitárias e associações

Com um enfraquecimento a partir de experiências negativas de favorecimento e vinculação com partidos políticos, há um importante desafio no resgate da credibilidade das organizações, bem como na garantia de mecanismos que assegurem transparência na gestão de recursos arrecadados através de taxas ou tarifas cobradas na comunidade. Ressalta-se que nos modelos de gestão comunitária, a participação de organizações locais e lideranças é entendida como condição necessária para estabelecimento de dinâmicas sólidas e efetivas em todas as etapas – como definições iniciais, acompanhamento e até mesmo operação. Entretanto, independentemente da construção e implementação de gestão comunitária ou compartilhada e da existência de articulação e alto engajamento comunitário, está previsto em lei o controle social e a participação cidadã na construção e implementação de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSBs).

3.2. Estratégias para efetivação de modelos comunitários ou compartilhados

As possíveis estratégias de contorno aos desafios constatados abarcaram diferentes camadas da gestão do saneamento, destacando-se as seguintes:

Estabelecimento de relação com outras políticas públicas

O Saneamento Básico é uma temática transversal a diferentes pastas no âmbito da gestão pública, em especial Saúde, Meio Ambiente, Mudanças Climáticas. O estabelecimento de vínculos com estas pastas pode ser uma estratégia para amplificar ações, acessar recursos e fortalecer os necessários avanços no que diz respeito à universalização dos serviços. A efetivação dos modelos de gestão comunitária do saneamento deve caminhar juntamente com outras iniciativas de fortalecimento das associações locais, bem como se somar a espaços de gestão já existentes como Conselhos Municipais de Saúde e de Meio Ambiente.

Consolidação do modelo de gestão comunitária enquanto política pública

O PNSR aborda a gestão comunitária como uma alternativa que funciona em certos contextos, nos quais a aplicação em maior escala deve ser incentivada. O fortalecimento da FUNASA, as recentes Normas Reguladoras (NRs) estabelecidas pela Agência Nacional das Águas (ANA) e o ambiente regulatório como um todo devem promover segurança na estruturação de arranjos da gestão comunitária, quando manifestado o interesse local. Tal estratégia deve facilitar o acesso a recursos e incentivar pesquisa, desenvolvimento e inovação nos mecanismos de adaptação às condições locais, tanto em termos operacionais (técnicos) quanto organizacionais (arranjos e parcerias). Municípios devem ser encorajados a se engajar na distribuição de funções com as organizações comunitárias, não se eximindo de suas responsabilidades enquanto titulares.

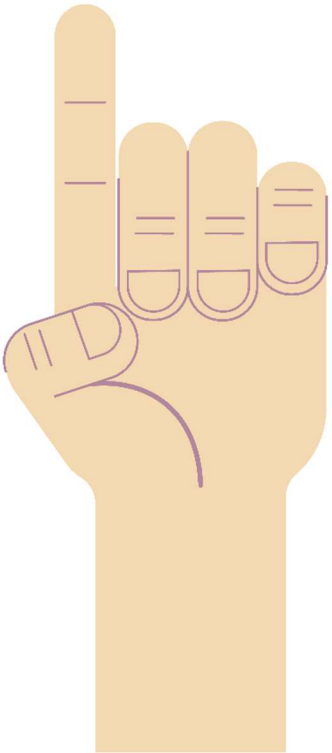
Sistematização e difusão de experiências exitosas na gestão comunitária

Fomentar a produção de conhecimento na temática é um meio de fortalecer a maior aceitação deste modelo em todas as instâncias da sociedade. Adotar esta estratégia significa dar credibilidade ao modelo, explorando seus benefícios e facilitando os processos coletivos de tomada de decisão quanto às definições mais objetivas (forma de prestação do serviço, modelo de financiamento, dinâmica de operação e manutenção, entre outros). Através deste conhecimento difundido, é possível estruturar mecanismos de capacitação técnica, fortalecendo atores locais como as organizações da sociedade civil (OSCs), lideranças comunitárias e a própria gestão municipal. Espera-se com esta abordagem possibilitar leituras mais sensíveis da realidade (como mapeamento de riscos, conflitos e dinâmicas locais).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modelos de gestão comunitária de saneamento enfrentam desafios relacionados a limitações técnicas e organizacionais. As discussões ocorridas durante a oficina apontaram – como componentes destacados dos desafios técnicos – fatores como a indisponibilidade de recursos financeiros e a não participação comunitária durante o momento de definição das tecnologias adotadas. Da mesma forma – entre os desafios organizacionais – indicaram, por um lado, a necessidade de maior participação local e a perda de credibilidade de algumas organizações comunitárias e, por outro lado, a omissão das gestões municipais e a indeterminação na distribuição de responsabilidades na gestão dos serviços de saneamento básico, particularmente em áreas rurais e periféricas.

A gestão comunitária de saneamento pode se beneficiar de estratégias voltadas à consolidação dos modelos criados e à inclusão no cenário das políticas públicas do setor. As ideias apresentadas na oficina indicaram, por exemplo, o fomento à produção de conhecimento sobre os modelos, visando credibilizar e difundir, como estratégia importante. Além disso, que a ampliação da aplicação da alternativa comunitária passará pelo apoio de órgãos públicos do setor e pela estruturação de um ambiente regulatório que a considere, propiciando a inclusão da gestão comunitária em planejamentos de políticas públicas e em espaços de gestão já existentes nas diferentes esferas de governo.



COLABORADORES

As pessoas abaixo listadas colaboraram na construção deste documento durante a oficina e nas semanas subsequentes ao encontro.

Participantes

1	André Rocha	IRPAA
2	Átila Telles	INSTITUTO SISAR
3	Calebe Santos	UFMG
4	Carlos Campos	BEM-TE-VI DIVERSIDADE
5	Fabricio Édino	SEAPAC
6	Flávia Mendes	AGÊNCIA PEIXE VIVO
7	Gabriela Capobianco	CONSULTORA
8	Gabriela Vieira	DSEI/BA
9	Gardênia Oliveira	ABES - SANEAMENTO RURAL / INSTITUTO SISAR
10	Geane Oliveira	AMASA - ASSOCIAÇÃO MORADORES SANTO ANDRÉ
11	Hellen Sá	UFOB
12	Igor Ferreira	SITAWI
13	Jonas Mehl	MINISTÉRIO PÚBLICO-CE (SOBRAL)
14	Ligia da Paz	MANDÍ
15	Maria Cecília Gomes	INSTITUTO MAMIRAUÁ
16	Patrícia Alves	UFC – CAMPUS CRATEÚS
17	Priscila Neves	FIOCRUZ-MG
18	Rainier Pedraça	MINISTÉRIO DAS CIDADES
19	Renata Rocha	ONDAS
20	Silvio Orrico	ABES-BA
21	Thaíssa Jucá	FIOCRUZ / UFMG
22	Vanessa Mariano	UNICAMP
23	Viviane Alves	UNICAMP
24	Ricardo Bernardes	UNB
25	Rodrigo Franco	DSEI INTERIOR SUL
26	Eliana Kitahara	G9

Moderadores (Equipe – Iniciativa Saneamento Inclusivo)

27 Anny Eli Moura
28 Isabel Figueiredo
29 Luiz Francisco Loureiro
30 Michel Balassiano
31 Tomaz Kipnis